

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO PRISIONAL: UM ESTUDO NA COLÔNIA PENAL FEMININA BOM PASTOR

Lívia Laura dos Santos Maciel¹
Maria Sandra Montenegro Silva²

Resumo

O presente trabalho visa analisar as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento vivenciadas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, levando em consideração a perspectiva de educação Freireana e a concepção de "alfaletrar" idealizada por Magda Soares. A legislação assegura que a educação é um direito de todos, inclusive dos indivíduos reclusos que estão inseridos em um contexto de educação não-formal, tendo a finalidade de esclarecer quais práticas garantem esse direito à educação, sobretudo a alfabetização, dentro do presídio? utilizaremos do recurso da pesquisa qualitativa para discorrer sobre essa questão.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Educação Prisional.

1 Introdução

A pesquisa se debruça sobre as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, além de explorar o funcionamento, organização e estruturamento das aulas e os recursos utilizados nelas. Todo o trabalho estará pautado no alfabetizar a partir da perspectiva de “alfaletrar” idealizada por Magda Soares e da visão Freireana de educação libertadora, que expande-se para além da junção de letras para formar sílabas e sílabas que formam palavras, buscando desenvolver o senso crítico, a autonomia do aluno e a emancipação social. Além disso, trataremos a respeito da visão de outros especialistas de educação, a fim de enriquecer a nossa pesquisa e ampliar nossos conhecimentos a respeito do tema central e dos subtemas que o cercam.

De acordo com o último levantamento realizado pela secretaria nacional de políticas penais (SENAPPEN), finalizada em junho de 2023, o Brasil possui o quantitativo de 834.874 pessoas privadas em liberdade, sendo 190.080 em prisão domiciliar, não preenchendo vagas em celas físicas que contam com a ocupação de 644.794 detentos, sendo 27.375 são mulheres, ou seja, aproximadamente 4,25% da população carcerária no país é feminina. Com relação a

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. livia.smaciel@ufpe.br

² Orientador

etnia, 69,07% dessa população é considerada não-branca, nos dados estatísticos do sistema penitenciário, são descritas como, pardas, negras, indígenas e amarelas.

No que tange a legislação, a educação prisional se enquadra na Educação de jovens e adultos, que foi instaurada como uma medida de assistência aos estudantes que não conseguiram encerrar a educação básica na idade estabelecida pela lei de diretrizes e base. Essa modalidade de ensino atende ao indivíduo que a partir dos 15 anos não concluiu o ensino fundamental ou que aos 18 anos não concluiu o ensino médio independentemente da razão que o levou a não conclusão dessa etapa. Dentre os fatores mais agravantes causadores da evasão escolar, estão: a necessidade de trabalhar precocemente para ajudar nas despesas familiares e gravidez na adolescência. Vale ressaltar que, a constituição de 1988 assegura esse direito à educação garantido a todos, inclusive a pessoas privadas de liberdade.

Art. 205. A educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988). (Grifo nosso)

Art. 6º São direitos sociais **a educação**, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988). (Grifo nosso)

Para garantir a efetividade desse direito as pessoas privadas de liberdade, é preciso articular ferramentas que sustentem o acesso a uma educação de qualidade e a permanência desses sujeitos, de maneira que esses se sintam motivados e estimulados a darem seguimento aos estudos, que esse possa além de ser um meio de garantir um diploma, mas um caminho de despertar o senso crítico, a autonomia, a responsabilidade social e a formação cidadã.

Nesse viés, vale reconhecer que estamos inseridos em uma sociedade capitalista que individualiza problemas coletivos. Portanto, uma pessoa privada de liberdade convive com diversos apontamentos da comunidade alegando que estes estão nessa situação por vontade própria e esquecendo que o coletivo e o poder público falhou em dispor de oportunidades de acesso à educação de qualidade (um direito de todos, mas na vida prática, um privilégio de poucos), políticas de incentivo a permanência na escola e redistribuição de renda, visto que, a parcela mais vulnerável socioeconomicamente, precisa trabalhar desde muito jovens para ajudar a manter a casa. Devido ao compromisso com o trabalho, eles não conseguem se manter presentes na escola e posteriormente precisam evadir da escola para se manter no trabalho. Dada a limitada oferta de empregos regulamentados para pessoas que não

concluíram a etapa básica de educação, a criminalidade aparece como uma oportunidade de melhorar de vida e garantir o sustento da família.

Levando em consideração que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos prisional é uma modalidade da educação escolar que merece uma atenção diferenciada, uma vez que, ocorre dentro de uma penitenciária e acolhe um público “fora da faixa” determinada. O educador que atua nesse contexto precisa compreender as vulnerabilidades do sujeito privado de liberdade a fim de garantir uma alfabetização de maneira leve, fluida e convidativa que envolve o estudante, entende suas dificuldades e se importa com seus interesses. A formação inicial de professores evidencia a preparação para o ambiente escolar, entretanto, raramente inclina-se para os aspectos da educação prisional, dessa forma, defendemos a formação continuada de professores alfabetizadores que invistam na preparação para o trabalho no ambiente prisional e para o tratamento para como o sujeito privado de liberdade.

O público carcerário feminino, por sua vez, é cercado de fatores que são mais desfavoráveis à sua existência, apenas pelo fato de serem mulheres vivendo em uma sociedade machista e meritocrata. A maioria das detentas tem um perfil sócio-econômico vulnerável, são oriundas de periferias ou foram pessoas em situação de rua, e se identificam como pessoas não-brancas. Nessa perspectiva, o olhar do Estado para esse público é um olhar de repulsão, reflexo do modelo de sociedade já antes caracterizado, não sendo capaz de pensar em políticas de apoio econômico e educacional para essas mulheres. Ao observar as penitenciárias, conseguimos perceber uma estrutura construída para atender os homens, sendo pouco adaptadas para dedicar-se ao cuidado específico que as mulheres necessitam, sendo eles: serviços de atenção ginecológica e pré natal. Para Queiroz (2015) : “Ser mulher no sistema penitenciário brasileiro é experimentar diariamente um conjunto de violências físicas, sexuais e psicológicas em um ambiente criado por e para homens.”

Tendo como norte a pergunta norteadora da nossa pesquisa: Quais práticas pedagógicas garantem o direito à educação, sobretudo a alfabetização, dentro do presídio? Nos próximos pontos aprofundaremos nossa fundamentação teórica, onde exploraremos autores que se debruçam em perspectivas que complementam a educação prisional que se mostra pouco explorada em detrimento de outros campos do saber educacional. Em seguida, contextualizamos o campo de pesquisa, os caminhos metodológicos, os resultados obtidos e por fim as considerações finais do trabalho.

2 Referencial Teórico

A Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 garante ao encarcerado tenha a devida assistência enquanto estiver sob a tutela da unidade prisional. Essa lei tem o propósito de assegurar que o sujeito encarcerado tenha oportunidade de cumprir a sua pena e voltar para o convívio em sociedade. Contudo, no geral, os presídios encontram-se em condições cada vez mais desumanas que contradizem o princípio da dignidade da pessoa humana, visto que as pessoas privadas de liberdade vivem em situações cada vez mais precárias e insalubres, onde convivem em penitenciárias superlotadas que tem a capacidade inferior a quantidade que de fato está cumprindo pena. Logo, entende-se que a destinação de recursos atende apenas ao quantitativo da capacidade da unidade, deixando grande parte dos presos desacobertos e cabe a instituição fazer a distribuição desses recursos limitados a fim de atender (de maneira precária) todos os seus encarcerados.

Tendo essa situação em vista, vale reforçar que os direitos básicos não estão sendo oferecidos e nesse contexto a educação está inserida, como começar a analisar práticas pedagógicas dentro de uma unidade penal? a partir da perspectiva de educação como um direito básico sendo equiparada a alimentação, saúde e segurança, direitos garantidos a todos os seres humanos, independente de qualquer situação, como já explicitado anteriormente. Entretanto, o sujeito encarcerado tem a sua humanidade negada pela sociedade a partir do momento que comete o delito, a medida que o coletivo não reflete acerca dos motivos que levaram esse indivíduo a praticar uma infração, resumindo-o ao crime que cometeu.

O “cidadão de bem” não é educado para analisar aquilo no que o infrator foi vítima do Estado deficiente e dos próprios preconceitos da coletividade. De vítimas há somente aqueles que sofreram diretamente com a ação desviante do apenado, o qual deve sentir o mesmo - ou até mais - mal que causou: é a revanche da coletividade amedrontada, a vitória do bem sobre o mal. (Nascimento e Guerra, 2014)

A comunidade não é incentivada a buscar compreender os fatores que levam uma pessoa a cometer uma infração, tende apenas a reproduzir pensamentos pré-estabelecidos que são produtos de educação capitalista que evidencia uma visão individual, e produz um cidadão que não questiona, não pesquisa e não critica, apenas acata e reproduz. "A cultura de massa impõe o conformismo através do entretenimento, afastando os indivíduos de uma reflexão crítica sobre a realidade social."(Adorno, 2006, p. 60). Nesse sentido, a sociedade desumaniza a pessoa privada de liberdade, reduzindo-a apenas ao crime que cometeu, sem

atribuir ao sistema a sua parcela de culpa ao negar direitos básicos à população pobre deixando-a mais vulnerável a cometer delitos para garantir uma fonte de renda e assegurar o seu sustento e de sua família. O discurso é de que uma pessoa só entra no crime porque quer e essa merece os castigos mais punitivos e severos.

O individualismo cria sujeitos e comunidades que pensam nos problemas locais apenas localmente, quando na verdade tais problemas afetam uma comunidade muito mais ampla, trazendo efeitos para toda a cidade ou região. A classe dominada, dispersa, individualiza-se e diminui as chances de conseguir mobilizar o Estado em sua defesa, sendo subjugada aos interesses privados que dominam a arena política. (Sousa, 2012)

Ao perder a condição de humano, nota-se que a pessoa privada de liberdade perde também a condição de cidadão e conseqüentemente outros direitos assegurados por lei. A educação nesse momento entra nesse viés capitalista e busca devolver essa suposta cidadania perdida e reforça o discurso que enquanto encarcerado esse sujeito está privado não apenas de sua liberdade, mas também de seus direitos e somente a educação pode transformar sua vida e fazê-lo cidadão. Contudo, independentemente de qualquer circunstância, todos somos cidadãos, regados de direitos e deveres, além de participantes ativos da política e do funcionamento da cidade. Portanto, contrariando o discurso da sociedade, a educação não forma um cidadão, ela constroi uma consciência cidadã, capacita o indivíduo a conhecer e usufruir da sua cidadania. Apesar de ter o seu direito de ir e vir negado, todos os outros direitos fundamentais continuam em vigor, apesar da sua condição de PPL, dito isso, o Estado deve garantir o exercício desses direitos, visto que essas pessoas estão sob a sua custódia. Com essa consciência bem estabelecida, o sujeito consegue conhecer e questionar a sociedade que vive e reivindicar seus direitos.

Os dados apresentados anteriormente nos revelam que 69,07% da população carcerária nacional é composta por pessoas não-brancas (negros, pardos e amarelos). Nessa perspectiva, precisamos levar em consideração o racismo estrutural (Ameida, 2020) intrínseco em nossa sociedade que nos leva a questionar: será que somente as pessoas não-brancas cometem delitos, ou a justiça brasileira é incentivada a inocentar os brancos? Existem muitos recortes a serem feitos a partir dessa perspectiva. Inicialmente, precisamos revisitar os fatores históricos e lembrar que, no presente momento, a assinatura da lei áurea (Brasil, 1888) tem apenas 136 anos, portanto, ainda conseguimos enxergar reflexos de uma sociedade escravocrata. Em sua obra, Almeida destaca que “o racismo fornece sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social

contemporânea”. Nesse sentido, podemos compreender que, em uma sociedade majoritariamente racista, toda discriminação seja atribuída a população negra, uma vez que, encontra-se mais vulnerável e menos acobertada pela comunidade. Se tratando do contexto penal isso não é diferente, cabe a nós questionar: Se a população carcerária fosse branca, haveria tanta precarização no sistema ?

Tendo essa questão em vista conseguimos afunilar o assunto para chegar mais perto do nosso objeto de pesquisa, as mulheres em situação prisional, que sentem também o machismo mais de perto. A Folha de Pernambuco divulgou em 2020 uma matéria onde relata que menos de 3% das detentas do estado recebem visitas, enquanto que os presídios masculinos formam filas de mulheres para visitar seus companheiros e familiares. Isso é a representação de uma sociedade que atribui o papel do cuidado ao sexo feminino, enquanto que os homens seguem sendo irresponsabilizados quanto ao cuidados com as companheiras que seguem abandonadas nas colônias penais.

Portanto, cabe ao educador considerar essas especificidades no seu trabalho docente , uma vez que o público da EJA necessita de um olhar diferenciado e sendo esse estudante uma pessoa privada de liberdade, possui demandas mais específicas. Além de acolher e validar as vivências do aluno é preciso incentivar uma prática emancipatória e libertadora (Freire, 1982) a fim de oportunizar ao aluno que ao sair da condição de PPP, possibilita retornar ao convívio em sociedade de maneira que consiga questionar e romper com as amarras de uma sociedade capitalista, meritocrática e preconceituosa.

Mas também têm direito a que suas resistências e lutas por libertação/emancipação sejam reconhecidas, valorizadas nas teorias pedagógicas como processos de humanização, produção de saberes, de valores, de culturas e identidades coletivas. Que seus saberes, leituras de mundo e de si sejam reconhecidos na diversidade de processos pedagógicos, de ensino/aprendizagem, avaliação. (Arroyo, 2012)

Dito isso, para consolidar uma aprendizagem significativa e emancipadora, a educação dos sujeitos privados de liberdade deve respeitar suas vivências e abraçar sua bagagem cultural, rompendo com a ideia de aluno como um mero recipiente que atua apenas como ouvinte e recebendo as informações trazidas pelos professores, sem se posicionar nem expressar sua opinião, apenas reproduzindo o que é falado pelo docente, ou seja uma educação bancária (Freire). Podemos aproveitar os saberes trazidos pelos estudantes e gerar debates acerca de temáticas que fazem parte de sua realidade, tornando o momento da aula mais fluido e atraente.

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (FREIRE, 1997, p. 30).

Nesse contexto, segundo Freire (2006) a alfabetização tem uma função para além de formar o estudante para realizar a leitura e escrita, mas aprender a usar desses recursos a fim de transformar a sociedade que vive, através da leitura de mundo que precede a leitura da palavra, onde a compreensão do texto depende de uma percepção das relações entre texto e contexto. Entende-se que a leitura da palavra é essencial à medida que esta serve de instrumento para realizar a leitura do mundo e transformação dele.

O processo de alfabetização válido [...] é aquele que não se satisfaz apenas [...] com a *leitura da palavra*, mas que se dedica também a estabelecer uma relação dialética entre a *leitura da palavra* e a *leitura do mundo*, a leitura da realidade. A prática de alfabetização tem que partir exatamente dos níveis de leitura do mundo, de como os alfabetizados estão lendo sua realidade, porque toda leitura do mundo está grávida de um certo saber. Não há leitura do mundo que não emprenhada pelo saber, por certo saber (Freire, 2014, p. 164; itálico do original).

Magda Soares defende a alfabetização conjunta ao letramento uma vez que, pedagogicamente, essas são indissolúveis, pois não é suficiente alfabetizar afim da compreensão da letra escrita é preciso ensinar com finalidade de ir além, de compreender o mundo e compreender que a realidade que o sujeito está inserido é responsável por letra-lo, mesmo que analfabeto, o sujeito encontra-se em processo de letramento sempre que é exposto a situações associadas a leitura e escrita, que independem da fase alfabética do indivíduo.

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (Soares, 1998, p. 47)

Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 2004, p. 72).

Essa consciência é essencial sobretudo para o sujeito privado de liberdade, que tem seus direitos negligenciados em função da condição de encarcerado, é preciso que a prática pedagógica esteja interligada com a formação cidadã, visto que a educação prisional pretende instruir o indivíduo para ressocialização e o retorno para convivência social, logo o estudante

nesse contexto precisa estar preparado para lidar com as barreiras sociais e questionar as injustiças fruto de uma comunidade que despreza políticas de amparo à pessoa privada de liberdade.

Se os grupos populares desconhecem de forma crítica como a nova sociedade tecnológica funciona, certamente devido às condições precárias em que foram sendo proibidos de ser e de saber, a saída não pode se dar através da propaganda ideológica e de uma divulgação massiva de conhecimentos científicos. Mas, encontra-se no diálogo e no intransigente respeito ao conhecimento do outro. (Freire, 1999, p.118)

É indispensável a existência de políticas voltadas para o acesso à educação dentro das penitenciárias a fim de garantir uma efetiva ressocialização. A educação tem potencial de assegurar um novo recomeço ao egresso, onde ele pode ter uma oportunidade de trabalhar e se especializar em uma área de interesse. “O acesso à educação de qualidade no ambiente prisional contribui para que o egresso não apenas obtenha meios de sustento, mas também reconstrua sua identidade social e sua dignidade” (Silva; Fonseca, 2015, p. 214).

Zaffaroni (2011) afirma que a educação é uma das poucas políticas que possibilitam ao detento um “caminho alternativo à criminalidade, ajudando-o a reconstruir seus laços sociais de maneira digna e legal”.

As políticas públicas existentes para atender as pessoas privadas de liberdade, em sua grande maioria não dão a atenção necessária às particularidades do cuidado com o público feminino, isso se intensifica quando se trata dos programas educacionais e de capacitação profissional. “A reinserção social de mulheres pós-encarceramento exige um esforço coordenado de políticas públicas que abordem desde a requalificação profissional até o apoio psicológico e familiar.” (Scuro Neto, 2014).

Podemos caracterizar as prisões como um espaço propício para as desigualdades de gênero se intensificarem, pois as mulheres, além de estarem privadas de liberdade também sofrem o abandono familiar e acima de tudo institucional. Dos cursos e programas educacionais, ofertados pelo sistema prisional, existe um viés voltado para atividades atribuídas ao papel da mulher, dentre elas: artesanato, cozinha e cuidados pessoais. É preciso romper com essa imposição e estimular a implementação de cursos acadêmicos e profissionalizantes que provoquem mobilidade socioeconômica. Portanto, urge a necessidade de incentivar as mulheres a frequentarem a escola e participar de programas de educação e letramento.

As mulheres vivenciam uma realidade de abandono familiar, enquanto que, em dias de visita nas penitenciárias masculinas formam-se filas, de mulheres (esposas, mães ou

familiares dos detentos). Ainda na questão familiar existe a separação das encarceradas de seus filhos, onde muitas vezes as mulheres são chefes de família e responsáveis pelo sustento da casa. Quando a prisão aconteceu, os filhos ficam sob o cuidado de parentes ou quando não existe essa possibilidade, as crianças são reféns do abandono tendo que se manter sozinhas. “O distanciamento dos filhos representa uma das mais severas punições às mulheres encarceradas, agravando o sofrimento psicológico e comprometendo seu processo de reintegração.” (Lessa, 2016).

Zapater (2017) aponta que “A falta de políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres grávidas e mães no sistema prisional revela a profunda negligência em relação aos direitos humanos dessas detentas.” Ou seja, detentas grávidas, precisam se submeter ao cuidado de um sistema despreparado para lidar com a situação, afetando a saúde da mãe e do feto.

3 Delineamento Metodológico

Entendendo que, nos estudos relacionados a área das humanidades é necessário adotar uma metodologia que reconheça dados que não se limitem a números e elementos concretos, é preciso saber ler os aspectos abstratos e comportamentais de maneira que estes colaborem para chegar aos resultados e conclusões da pesquisa. “A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2014). Portanto, a metodologia escolhida para fundamentar este trabalho é a pesquisa qualitativa que consiste na análise dos dados coletados de maneira subjetiva e individual.

Dito isso, explicitamos que o público-alvo dessa pesquisa são os participantes das turmas de módulo 2 da EJA da Escola Prisional Bom pastor, visto que, nessa fase, encontramos alunas analfabetas ou em fases primitivas de alfabetização, mas sem ignorar o fato de que existem mulheres que estão em módulos mais avançados da EJA, contudo se encontram em um nível primário de leitura e escrita ou tem domínio dela mas se caracterizam no que Botelho define analfabetismo funcional.

O Analfabetismo Funcional constitui um problema silencioso e perverso que afeta as empresas. Não se trata de pessoas que nunca foram à escola. Elas sabem ler, escrever e contar; chegam a ocupar cargos administrativos, mas não conseguem compreender a palavra escrita.

Logo, podemos considerar que, embora algumas pessoas apoderem-se a leitura e escrita, não necessariamente tendem a demonstrar compreensão, interpretação textual e leitura crítica da palavra escrita.

Realizamos alguns momentos de observação participante que consistem na observação ativa. Mónico entende que “Um observador é considerado participante quando se integra num grupo e na vida do mesmo.” Dessa forma, iniciamos a observação a partir da estrutura arquitetônica da colônia, buscando compreender se essa estrutura consegue acolher e atender as necessidades de todas as detentas. Em seguida, buscamos realizar uma observação no horário das aulas, buscando compreender de forma integral como se concretiza o trabalho de alfabetização, as metodologias adotadas pelas professoras-alfabetizadoras, os recursos e materiais didáticos utilizados e a participação e engajamento das detentas nesse momento. Além disso, realizamos entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo de alfabetização das encarceradas (gestão da colônia, professora do módulo 2 e estudantes desse segmento).

Consideramos a entrevista o método mais eficaz de chegar aos resultados esperados, uma vez que Manzini (1990/1991), descreve vantagens da entrevista em razão de outras formas de coleta de dados, dentre eles: a possibilidade de captar as expressões demonstradas pelo entrevistador e a possibilidade de realizá-la com pessoas analfabetas. Nesse sentido, visto que a pesquisa está delimitada as práticas relacionadas a alfabetização e letramento de mulheres em situação prisional aos critérios para as mulheres encarceradas participarem da entrevista são:

- A. Aceitar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa;
- B. Estar matriculada na Escola Prisional Bom Pastor;
- C. Ser aluna de turmas de módulo 1 e 2 da EJA

Todos os entrevistados assinaram um formulário de consentimento para confirmar a vontade própria de participar da pesquisa, onde ficou acordado que preservamos seus verdadeiros nomes, substituindo-os por nomes fictícios visando a preservação da sua imagem. Será elaborado um roteiro de perguntas para cada grupo citado, referente ao funcionamento das aulas (frequência, horários e autonomia do professor, levando em consideração os limites impostos pela colônia), processo planejamento de aulas, sequências didáticas visando estimular alfabetização das detentas e expectativas com relação a efetividade das metodologias aplicadas na sala de aula.

3.1 - Dos objetivos

Objetivo Geral

Analisar as práticas pedagógicas alfabetizadoras que estão sendo trabalhadas dentro da Colônia Penal Feminina Bom Pastor no ano presente.

Objetivos Específicos

- Compreender quais os limites e possibilidades de um educador alfabetizador que atua no contexto prisional;
- Entender a relação que as detentas nutrem em relação à educação, sobretudo a importância da alfabetização na sua realidade;
- Descrever a maneira como a colônia organiza as aulas e momentos de educação não formal.

4 – Descrição, análise e interpretação dos resultados

A escola prisional Bom Pastor é uma escola estadual e está situada na colônia feminina Bom Pastor, localizada na Iputinga, bairro do Recife. Atualmente conta com 18 alunas na turma de módulo 2, que é uma turma mista por possuir alunas de módulo 1 e 2. As aulas dessa turma ocorrem de segunda a sexta das 8h às 11h, sem intervalo. 3 alunas dessa turma não conseguem participar das aulas no turno da manhã devido a jornada de trabalho, essas estudantes têm aula a noite com outra professora que também é responsável pelo reforço e apoio a alunas com dificuldade na aprendizagem e assimilação dos conteúdos. Um total de 6 alunas aceitaram ser entrevistadas, sendo a gestão e os professores do módulo citado também entrevistados. A escola possui secretaria, uma biblioteca, com 2 computadores que são usados unicamente pelos professores para registro de presença, notas e demais fins pedagógicos. Possui também uma quadra ampla com algumas mesas e banheiro. Cada sala tem uma televisão com acesso à internet, ar-condicionado, quadro e materiais escolares de uso pessoal (lápiz de cor, régua, marcador de quadro etc), as detentas têm esse material à disposição na sala, entretanto só podem voltar para cela com o caderno e a caneta. Dados do conselho nacional de justiça, divulgados em 2022 revelam que a colônia conta a ocupação de 542

detentas divididas em 3 pavilhões e 45 celas, sendo a capacidade de 285 vagas, ou seja, quase metade do real quantitativo de detentas.

A primeira visita foi realizada para conhecer o espaço, conhecer a gestão e ter o primeiro contato com a professora do módulo 2 e 4 alunas da turma. Fui muito bem recebida pela gestão da escola, que a todo tempo foi muito receptiva e se mostrou à disposição para apresentar o campo e esclarecer todas as dúvidas. No dia em questão, estava ocorrendo uma reposição de aula no período da tarde, por isso o baixo quantitativo de estudantes. Nesse momento, tive a oportunidade de observar a atuação da docente que havia reproduzido o filme “Carlota joaquina - princesa do Brasil” e em seguida fez uma reflexão com as estudantes acerca da independência do Brasil, sobre o quanto somos independentes e levantando questões acerca da desigualdade social.

Em seguida, as alunas realizaram desenhos e pinturas sobre o tema trabalhado. Todas demonstraram entusiasmo com a minha presença e tivemos a abertura de ter uma conversa mais informal enquanto elas realizavam as atividades. Elas relataram sobre a rotina na escola e na colônia de modo geral, pontuando aspectos que as incomodavam e sempre reforçando o ambiente escolar como um escape dos problemas da penitenciária. Dentre os problemas relatados estão: a água da colônia que por muito tempo era abastecida por uma caixa d’água descoberta, ambiente propício para proliferação de parasitas e contaminação decorrente dos pombos que caíam e dejetos de animais que voavam por cima, entretanto segundo a professora, esse problema já foi solucionado.

Outro problema, é referente ao horário do jantar que é servido às 17h, sendo um intervalo muito grande até a próxima refeição, o desjejum às 7h. A escola oferece merenda no final do horário, às 11h então algumas detentas, principalmente as que não recebem recursos da família, guardam essa refeição para o turno da noite. A principal queixa foi em relação ao quantitativo de mulheres por cela, são entre 30 e 50, ou seja, muitas dormem no chão ou dividem a cama com uma colega, além de, na maioria das celas precisarem pagar um valor para a representante para assistir televisão. É possível ver distinção entre as detentas, em razão da maneira que elas se referem aos pavilhões como “boa viagem” e favela”, sendo o primeiro, segundo elas, o das mais abastadas, que recebem mais atenção e tem melhores instalações, enquanto o segundo sofre com a insalubridade e a visita constante de roedores e baratas.

Sendo essas as condições, fica a reflexão acerca das condições que essas estudantes chegam na escola. Arroyo em suas obras sempre fez questão de salientar a influência que a rotina dos estudantes no processo de ensino aprendizagem e a necessidade do educador

resgatar essas vivências na sala de aula. “A escola não pode ignorar as histórias de trabalho e vida dos seus educandos, pois, para eles, educar-se significa mais que aprender os conteúdos escolares, significa dar sentido às suas próprias histórias.” (ARROYO, 2000, p. 29). A todo momento que acompanhei o trabalho da professora da turma, sempre pude observar a preocupação dela em trazer significado e a sensação de pertencimento com as estudantes, usando palavras e trazendo reflexões que faziam sentido para elas.

As detentas podem receber visitas dos familiares a cada 15 dias, nesse momento conseguem receber diversos alimentos e materiais de higiene pessoal, mas nem todas têm esse privilégio, muitas sofrem com o abandono de familiares e se mantêm apenas com o que recebem da colônia que segundo elas, é quase nada, apenas absorvente e medicações, as que não contam com o apoio familiar precisam “a gente não recebe nada daqui, quem não tem família precisa se virar, lavar a roupa de alguém pra ganhar dinheiro e poder comprar” (Mulher 2). Não podemos ignorar esses aspectos relatados acima, uma vez que, influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

4.1 - Do primeiro contato com a gestão

A gestão da escola é composta por gestor, gestor adjunto, chefe de secretaria, educador de apoio (coordenador pedagógico) e chefe de biblioteca. Todos são pedagogos, com exceção da gestora que é geógrafa e da gestora adjunta que tem magistério e formação em letras. Ao serem questionados sobre o papel da gestão no contexto prisional, a gestão destaca “viabilizar o processo de ensino e aprendizagem” (chefe de secretaria) e “garantir estrutura física, administração dos recursos e transparência” (educador de apoio). Referente aos projetos educacionais, estes são direcionados pela gerência, mas a escola tem seus próprios projetos em conjunto com os professores e as alunas que demonstram-se muito ativas. Dos recursos, toda verba que entra já tem destino sendo as prioridades a infra estrutura e a parte pedagógica

Segundo a gestão, o principal desafio de trabalhar em uma unidade prisional está relacionado a lidar com a evasão, apesar da frequência escolar ser uma forma de remissão da pena (sendo 30% ao concluir o ensino fundamental e 30% ao concluir o ensino médio), as detentas tendem a manter-se na “zona de conforto” que é a cela, onde podem ficar deitadas o dia inteiro. Ligado a isso, a gestão reforça a necessidade de os professores serem mais dinâmicos, prepararem aulas mais atrativas, muitas vezes os docentes se acomodam nas mesmas práticas, então as alunas vem para aula mas não são cativadas a ponto de frequentarem.

4.2 - A prática docente em ação

A professora da turma é pedagoga, tem pós-graduação em administração escolar e em geografia. Sobre a formação continuada, a professora relatou que o Estado investe na formação de professores recém admitidos na escola penal, contudo essa formação é voltada para aspectos mais descritivos, com o propósito de conhecer o sistema. A professora atua há 24 anos na instituição, e anteriormente trabalhou em outra unidade prisional do Recife.

Por se tratar de uma turma de EJA, as séries são divididas em módulos de 6 meses, portanto, a professora realiza a diagnose bimestral. A última realizada foi em julho, no início do módulo, haverá outra sondagem no dia 20 de setembro e no mês de dezembro será realizada a diagnose final da turma, onde será avaliado a possibilidade de avanço de módulo das alunas.

Sobre o planejamento, a professora segue o planejamento semestral com os conteúdos a serem trabalhados, mas opta por fazer um planejamento semanal, que leva em consideração a rotina das estudantes e os acontecimentos da colônia. Nesse planejamento, a professora busca realizar atividades que gerem mais engajamento das alunas, ela relata que gosta de trazer recursos como vídeos dos mais variados temas, alfabeto móvel, bingo, textos com palavras que gerem impacto e abram espaço para o debate como “liberdade” e também palavras do cotidiano, e a partir dessas palavras geradoras (Freire,1982) a professora consegue além de estimular as alunas a relacionar conteúdo com suas vivências e utilizar as mesmas palavras para associar a outras palavras com o mesmo som, ampliando, de maneira gradativa, o repertório das estudantes.

Da metodologia a professora utiliza “A casinha feliz”, desenvolvido por Iracema Meireles. Esse material segue os princípios do método fônico e consiste em uma cartilha repleta de histórias e jogos que tornam a aprendizagem mais fluida e interessante.

A cartilha A Casinha Feliz é um método de fonação, global fonético porque parte da letra contextualizada onde elas aparecem associadas a figuras do universo do aluno, as figuras-fonema. O aspecto lúdico deste método cria uma ligação afetiva forte entre alunos e letras, o que torna a aprendizagem muito rápida. A proposta pedagógica do método de Iracema Meireles parte do princípio de que o domínio da leitura e da escrita amplia a capacidade de autonomia necessária para que o aluno avance no processo de construção do seu conhecimento (Santos, 2018, p.53).

A professora se inspira na abordagem montessoriana e adapta para a educação de jovens e adultos, é possível ver na sua prática a essência de montessori uma vez que a docente da

turma se mostra flexível, reforça a importância da formação integral (cognitivo, social e emocional) trazendo aprendizagens úteis para a vida e ressocialização, incentiva a realização de atividades colaborativas, além de promover discursos esperançosos reforçando que o confinamento é passageiro e que ao saírem da colônia elas terão a oportunidade de ressocializar-se. É notório a preocupação da docente em tornar o ambiente acolhedor, seguro e respeitoso para que as alunas sintam-se à vontade de compartilhar sem medo de julgamentos.

As alunas estão a todo momento cercadas de atividades significativas, a professora desfruta de todos os materiais que a escola oferece e destaca a importância da tecnologia como instrumento capaz de contribuir positivamente no processo de ensino aprendizagem. Ter uma televisão com internet na sala abre um leque de possibilidades, a docente consegue reproduzir filmes e músicas que as estudantes se identificam e a partir disso construir atividades significativas. Apesar de não possuir sala de informática, a professora conta que essa é uma das metas do Estado. Além disso, a professora acentua a necessidade de atividades que aprimorem o desenvolvimento motor fino como colar, cortar e desenhar, pois segundo a mesma, as alunas chegam com a necessidade de exercitar o tônus.

Por se tratar de uma turma de módulos mista, algumas das estudantes ainda estão em níveis alfabéticos mais primários, logo, precisam de um auxílio maior na execução das atividades. O quadro é dividido e são realizadas, simultaneamente, 2 atividades de níveis diferentes, sendo necessário, em alguns casos, fazer a escrita no caderno da aluna. A turma é muito colaborativa, então as estudantes mais avançadas ajudam as que estão com dificuldade.

A professora relata que existe algumas restrições relacionadas aos materiais que podem ser utilizados na escola, não é permitida a entrada de tinta, apontadores etc, além disso, a rotatividade de detentas na colônia é considerável, pois a colônia não é uma prisão é uma casa de detenção onde as encarceradas estão aguardando julgamento para serem transferidas ou inocentadas. Contudo, a principal dificuldade que a professora encontra é com a frequência das estudantes que em sua maioria estão com problemas relacionados à abstinência de drogas e fazem uso de medicamentos para dormir, sendo assim não conseguem acordar cedo para ir a aula. São utilizados diversos meios de avaliar a aprendizagem, são eles: observação realizada pela professora, as sondagens, participação nas aulas, as produções realizadas no caderno e avaliação escrita por disciplina com os conteúdos trabalhados durante cada bimestre.

Na fala da professora é possível perceber sua preocupação com as alunas, ela destaca que a sociedade tem uma visão equivocada e discriminatória das pessoas privadas de liberdade aliado ao discurso de Nascimento e Guerra, que ao analisar o “cidadão de bem” o classifica como alguém que não leva em consideração as falhas do poder público com relação a

assistência a pessoas socioeconomicamente vulneráveis, esse cidadão compreende o cárcere como um instrumento de punição e a “vitória do bem sobre o mal”. A docente também aponta a importância de se fazer pesquisa no campo da educação prisional a fim de esclarecer acerca das práticas dentro de uma escola penitenciária e estimular outros acadêmicos a pesquisarem nessa linha.

4.3 - O ponto de vista das alunas

Foram entrevistadas um total de 6 alunas, todas matriculadas na turma de módulo 2, mas com níveis de hipótese alfabética diferentes. As alunas relataram sobre sua experiência na unidade prisional desde o primeiro momento de observação, antes do início da entrevista.

Por se tratar de uma casa de detenção, onde existe uma rotatividade de detentas, o tempo em que as entrevistadas estão na unidade varia de 13 dias a 1 ano e 3 meses. Da identificação étnico-racial, apenas uma entrevistada se diz branca, o restante variou as respostas entre negra, cabocla e morena. A faixa etária também é mesclada entre 26 e 60 anos. Cinco mulheres se consideram analfabetas e uma se diz alfabetizada. Todas têm entre o 1º e o 5º ano concluído, mas apenas duas estavam estudando antes de serem detidas. As estudantes consideram importante a existência de uma escola na unidade e dentre os motivos elas enfatizaram a oportunidade de dar continuidade aos estudos que elas não tinham na vida anterior a penitenciária, essa informação entra em confronto com o direito de todos ao acesso a educação básica, e nos leva a reforçar mais uma vez que na teoria a educação é para todos, mas na prática é um privilégio para quem consegue permanecer. Logo, é possível reconhecer o impacto emocional de retomar os estudos na unidade prisional. Outras alunas destacam a chance de sair da cela e ocupar a cabeça na escola visto que muitas chegam com dependência de drogas e precisam fazer uso de medicamentos para tratar da abstinência e regular o sono. A professora da turma revelou que uma parcela das alunas, tem um passado conturbado, onde viveram situações de abuso sexual e/ou eram pessoas em situação de rua, não podemos ignorar essa existência pré-encarceramento, tendo em vista que as estudantes carregam consigo os reflexos e traumas das experiências vivenciadas, é preciso alinhar a prática pedagógica as limitações psicológicas e emocionais das alunas de maneira que desperte nelas um sentimento de pertencimento, confiança e acolhimento.

Com esse perfil traçado percebemos uma grande heterogeneidade na turma, não apenas no nível alfabético, mas na realidade e individualidade de cada entrevistada. A prática docente nesse contexto deve estar estruturada a proposta de Arroyo, onde educar é ir além de ensinar o

conteúdo, é preciso resgatar seu cotidiano para a vida escolar, dando sentido a sua vivência. É indispensável fazer adaptações no currículo para atender às especificidades das alunas de maneira que leve em consideração questões como violência de gênero e traumas emocionais, que são situações frequentes na história das mulheres encarceradas. Portanto, as condições, vivências e experiências das pessoas privadas de liberdade devem ser levadas em contas, dessa forma o educador consegue consolidar uma aprendizagem significativa e emancipatória.

Todas demonstram interesse em alfabetizar-se e consideram o domínio da leitura e escrita importantes para a vida prática, para conseguirem emprego, lerem cartas livros etc. No cotidiano em sala de aula é possível ver o engajamento da turma e a cooperação entre as alunas ao realizar as atividades, a professora alinha sua prática com o discurso de Magda Soares, onde o ideal é alfabetizar letrando, a docente insere as alunas com frequência em um processo de letramento, construindo um cenário onde a leitura e escrita estão sempre presentes, seja no conteúdo a ser trabalhado ou nos recursos utilizados.

Ao serem questionadas sobre a evolução da leitura e escrita, todas confirmaram que estão progredindo, algumas começando a juntar letras para formar sílabas, outras começando a formar as primeiras palavras. As entrevistadas nesse momento demonstraram entusiasmo em estarem estudando, o que nos confirma que o papel da educação não é formar cidadãos, é criar uma consciência cidadã, prover ao indivíduo um senso crítico e a capacidade de conhecer seus direitos e usufruir de sua cidadania. Podemos perceber o impacto que a escola causa, não apenas na evolução alfabética na visão de futuro das estudantes, onde elas conseguem enxergar na educação um instrumento de transformação social e pessoal. No seu discurso, existe a expectativa de, no momento pós-encarceramento, conseguir um emprego, podendo garantir um futuro melhor para si e sua família.

Perguntamos as estudantes o que mais elas sentem falta na escola prisional, elas dizem que a escola é bem completa, mas a colônia de modo geral deixa a desejar. Elas relatam a falta de cuidado dos policiais penais, que ao revistar as celas, rasgam seus cadernos e quebram demais materiais de escolares e de uso pessoal. As alunas sentem falta de ter uma mochila para guardar seus pertences e evitar deixar o material disposto na cela que está suscetível a situações de abuso de autoridade por parte dos policiais penais. Dentro de uma escassez já tão alarmante dentro de uma unidade prisional vale salientar a necessidade de um preparo maior para realizar as revistas de maneira que não prejudique a vida escolar das detentas.

Outra revelação que fizeram é a respeito da merenda escolar, a escola não fornece pratos e talheres, então só se alimenta quem tem um recipiente para colocar a comida. Foi apontado pela professora da turma a necessidade de uma bolsa de assistência, para fins de contribuir

com a manutenção da vida dentro da colônia, dado que o grande quantitativo de alunas da escola prisional vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não contam com apoio familiar e menos ainda da instituição penal.

Compreendendo que o principal motivo que leva o indivíduo a cometer um delito é a falta de empregabilidade, precisamos dialogar sobre uma educação sobretudo, uma alfabetização de caráter emancipatório que instrua o cidadão para o mundo do trabalho, onde ele pode transformar a realidade em que está inserido. “o domínio da leitura e da escrita é essencial para que o indivíduo tenha autonomia no acesso a informações sobre o mundo do trabalho, incluindo a busca por empregos, a compreensão de direitos trabalhistas e a capacitação para assumir responsabilidades maiores no ambiente profissional” (ELIAS; ARANHA, 2016, p. 79). Diante disso a alfabetização em conjunto com o letramento, tem como função formar o aluno para conseguir realizar a leitura e a escrita. Além disso, deve estar relacionada à formação da consciência cidadã do sujeito para sua ressocialização e sendo instrumento de mudança social, preparando o egresso para superar as barreiras sociais e questionar injustiças e discriminações. “a educação precisa ter como finalidade a libertação do oprimido, e isso inclui a alfabetização como instrumento de transformação” (FREIRE, 1982, p. 33). Ao observar os materiais produzidos pelas estudantes e ouvir os relatos das mesmas, fica evidente a evolução na leitura e escrita e da eficácia das práticas docentes para estimular a alfabetização da turma.

Considerações Finais

Alfabetizar é um processo contínuo que requer dedicação de ambos sujeitos ativos no processo de ensino aprendizagem. Assim sendo, podemos observar que a professora desempenha um admirável trabalho pedagógico relacionando os conteúdos programáticos com a vivência das alunas e fazendo as adaptações necessárias com a finalidade de atender as especificidades de cada uma de suas alunas. É possível notar a eficácia de sua metodologia através do engajamento e discurso das estudantes, a entrevista confirmou o que já era perceptível através da observação da turma. A prática docente na turma de módulo 2 se aproxima da visão de Freire de alfabetização como um meio de compreender o mundo e refletir sobre a realidade, sendo a leitura de mundo anterior a leitura da palavra

Diante das limitações impostas pela colônia, a professora utiliza todos os materiais disponíveis para promover uma aprendizagem satisfatória, trazendo o conteúdo de maneira

fluida e atrativa, utilizando palavras geradoras que causam impacto e trazem sentido. Dos recursos que ela considera indispensáveis para garantir o progresso na leitura e escrita podemos destacar: o uso da televisão para exposição de vídeos e materiais confeccionados pela própria professora como por exemplo alfabeto móvel, onde são trabalhadas as palavras do cotidiano e a escrita do seu próprio nome.

É possível notar a eficácia da metodologia da professora pelo engajamento e discurso das estudantes, a entrevista confirmou o que já era perceptível através da observação da turma. Conseguimos observar a importância da educadora no contexto prisional como mediadora do processo de ensino aprendizagem. A turma de módulo 2 é uma turma heterogênea, que possui estudantes de variadas hipóteses alfabéticas, presenciamos uma atuação docente capaz de fazer as adaptações necessárias a fim de atender cada uma das alunas.

Mesmo com o direito à educação negado direta ou indiretamente na vida antes do cárcere, em todos os momentos presenciados podemos afirmar que a escola penal bom pastor assegura a todas o direito à educação, sobretudo a alfabetização, as detentas conseguem encontrar na escola penal um refúgio, onde podem escapar da realidade e sofrimento e poder retomar os estudos e garantir uma ressocialização eficaz.

Fica evidente, portanto, a necessidade investimento e ampliação dos programas educacionais nas unidades penais, reconhecendo o acesso à educação como direito indissolúvel e na formação continuada dos docentes que atuam nesse contexto, para que esses compreendam as particularidades do cenário e adaptem sua prática. Sendo assim, esse trabalho reforça o potencial transformador da alfabetização, sendo ela um mecanismo de emancipação e mobilidade social, logo, investir na educação prisional é investir na ressocialização das mulheres e na construção de uma sociedade mais justa.

7 Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOTELHO, Paulo. **O analfabetismo funcional**. www.guiarh.com.br/z3.htm , 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

BRASIL, Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Informações do 14º ciclo**. Disponível em : <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZINWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVlMkMwI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> Acesso em 10 de dez. 2023

BRITO, Carol. **Menos de 3% das mulheres presas em PE recebem visitas**. *Folha de Pernambuco*, Recife, 08 mar. 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/menos-de-3-das-mulheres-presas-em-pe-recebem-visitas/14779/>. Acesso em: 04 set. 2024.

CNJ. **Relatório de inspeções: Tribunal de Justiça de Pernambuco** - Março de 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/02/relatorio-de-inspecoes-tjpe-marco-2022.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

ELIAS, Magda; ARANHA, Rafael. **Alfabetização e Inclusão Social no Cárcere: Perspectivas e Realidades**. Revista de Educação, v. 32, n. 1, 2016.

FREIRE, P. (2017b). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

FREIRE, P. (2014). **Pedagogia dos sonhos possíveis** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

LESSA, Renata. **O impacto do encarceramento feminino na relação mãe-filho e as dificuldades de reintegração social**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÓNICO, L. et. al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa** >>Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales//Volume 3. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa Acesso em 19 de nov. 2023

NASCIMENTO, B. GUERRA, I. **A desumanização das pessoas privadas da liberdade: uma análise semiótica**. Anais do 1º Congresso Internacional de Semiótica e Cultura (SEMICULT), 14 a 19 de setembro, 2014/Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista, organizadora – João Pessoa. Mídia Gráfica e Editora, 2014.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Giselle Nascimento dos. **Alfabetização nas séries iniciais: uma análise reflexiva do método fônico na cartilha “A casinha feliz”**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2018

SCURO NETO, Pedro. **A reinserção social de mulheres pós-encarceramento: um esforço coordenado de políticas públicas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Eliana; FONSECA, Júlio. **Educação no cárcere: o desafio da ressocialização através do ensino**. Revista de Políticas Públicas, v. 21, n. 4, 2015.

SOARES, M. **Letramento: tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização as muitas facetas**. Revista brasileira de Educação, São Paulo, 2004.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda. **O modo de produção capitalista e a subjetividade individualista subjacente: reflexos sobre a espacialidade urbana.** *Mnemosine*, [S. l.], v.8, n.2, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41559>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminologia: uma visão crítica.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAPATER, Marta Rodrigues. **Mulheres, gravidez e maternidade no cárcere: reflexões sobre a ausência de políticas públicas e a violação de direitos humanos.** São Paulo: Editora Fórum, 2017.